

A PERIFERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA EM RELAÇÃO AO MERCADO DE
TRABALHO: O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE CIDADE ALTA

Marina Sant'Anna

ABSTRACT

This paper presents the results of a study of a low-income housing project, i.e. the Conjunto Habitacional de Cidade Alta - Cordovil. The objective of this study was firstly to demonstrate that the resettlement proceeding used in this housing project has ended in a peripherization process, considering the localization of the low-income families labor market, and secondly to explain how this peripherization process is a consequence of the capitalist system mechanics. The data over which this study was developed was obtained through the employment of an enquiry with the Conjunto's residents.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo no Brasil, devido aos interesses daqueles que detinham o poder e à ideologia dominante, o problema habitacional não esteve incluído no elenco das prioridades básicas do país. Em meados da década de 60, no entanto, a habitação popular passou a ser definida pelo Governo como um problema nacional e a importância desta definição para o sistema é confirmada pela criação de um banco, o Banco Nacional da Habitação - BNH, ao qual foi entregue a gestão de enorme soma de depósitos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, possibilitando que ele se tornasse pouco depois, em 1969, o segundo banco do país em termos de recursos. O pressuposto básico a partir do qual toda política habitacional foi então desencadeada era de que os programas habitacionais para famílias de baixa renda contribuíam não só para o desenvolvimento das famílias, mas também da sociedade como um todo. Isto não significa que este problema, como tantos outros, não é verdadeiro, mas sim que somente a partir deste período é que ele foi eleito pelo governo federal como problema fundamental, tendo em vista as necessidades da estratégia do poder e da ideologia dominante.

Entre os muitos problemas que sempre afligiram a população dos maiores centros urbanos do Brasil, o da habitação popular se destaca como um dos mais importantes. Este problema acentuou-se, no entanto, com a segunda etapa da industrialização do país, em meados da década de 50, pois intensificou as migrações do campo para a cidade, gerando uma situação de carência habitacional nos centros urbanos. Na realidade, a oferta de habitação de baixo custo para a grande massa de migrantes de baixo poder aquisitivo, que procuraria os maiores núcleos, não se expandiu na

mesma velocidade do aumento dos novos residentes. Diante da escassez de moradia e não tendo acesso por falta de recursos à uma faixa do mercado imobiliário mais alta, as famílias de baixa renda passaram a residir em vários tipos de aglomeração de baixo custo, como loteamentos, favelas e até mesmo casas de cômodos, seja dentro do espaço urbano ou na sua periferia.

Enquanto para os representantes das instituições governamentais, estas moradias eram consideradas como sub-normais, sob o ponto de vista de seus usuários, elas eram satisfatórias. Na realidade a avaliação dos moradores, ainda que inconscientemente, era mais abrangente do que a dos especialistas, levando em consideração não só o aspecto físico "strictu sensu", mas também outras variáveis a ela naturalmente associadas. Enquanto as famílias de baixa renda consideravam seus barracos como uma solução para sua sobrevivência no meio urbano, os técnicos das agências governamentais encaravam estas construções como problema, vendo a sua solução, na substituição destas moradias sub-normais por outras ditas normais. Assim, a partir de 1964, iniciou-se no Rio de Janeiro a primeira medida concreta neste sentido representada por uma operação de erradicação de favelas. Esta operação visava à remoção sumária dos favelados do Rio de Janeiro para conjuntos habitacionais financiados e comercializados por órgãos e instituições do governo. Ocorre, no entanto, que tanto a intervenção governamental, como as forças do mercado forçaram a localização destes conjuntos em áreas que oferecem naturalmente difícil acesso a oportunidades como empregos, serviços e amenidades, além da pouca segurança contra os custos externos de vida urbana, como poluição, crime, doenças, etc. Da mesma forma alguns serviços residenciais, como educação, recreação, creches, etc., cuja a execução junto aos conjuntos havia sido prevista, não foram realizadas ou só o foram deficientemente, depois dos moradores já presentes. Acresce ainda que o programa habitacional popular era uma "novidade" e, portanto, ainda não inspirava muita confiança nos seus usuários reais ou em potencial.

Os resultados desta iniciativa, segundo a leitura empírica da realidade, não foram os melhores. Uma parcela dos favelados abriu mão de suas residências ou cedendo os seus direitos, logo no início da remoção, talvez por falta de crédito no sistema ou, após residirem algum tempo nas moradias, abandonavam-nas ou, voluntariamente, sub-locando, ou cedendo seus direitos, ou compulsoriamente, quando atrasavam o pagamento e eram despejados ou remanejados, voltando a viver em pequenos lotes de áreas semi-urbanizadas novamente em barracos. Tudo leva a crer que essas famílias de baixa renda estavam mais satisfeitas com suas casas sub-normais do que com as normais oferecidas pelas agências habitacionais, conforme comprovam as pesquisas de Rush (1974) e Salmen (1969). Este ponto de vista, - a favela vista como solução e o conjunto como problema -, é partilhado por alguns especialistas no assunto, como por exemplo Turner (1972), que afirmou depois de sua visita ao Brasil que haviam lhe mostrado pro-

blemas - favelas, mocambos, alagados - que lhe pareciam mais soluções e soluções - conjuntos habitacionais - que lhe pareciam mais como problemas.

Na verdade, a definição de uma situação como problema pode variar, dependendo dos interesses e ideologia daqueles que a cada momento estão envolvidos na situação ou que detêm o poder de decisão. Desta forma os vários segmentos da sociedade ou os grupos que decidem por eles podem definir os problemas de maneiras diferentes, propondo também soluções diversas, razão pela qual o que constitui problema para alguns pode representar uma solução para outros, enquanto que determinadas soluções podem ser definidas como problemas. Ocorre, no entanto, que a definição é que determina a solução adotada (H.N.J. Rittle e M.M. Weber, 1973). Ora, se a definição da natureza da essência do problema está intimamente associada aos interesses e à ideologia daqueles que o formularam, o mesmo acontece com a solução.

Diante deste quadro o que se conclui em síntese é que a dimensão espacial no que concerne ao programa habitacional brasileiro parece ter sido de vital importância. A avaliação dos resultados do projeto revela que o relativo insucesso e a frustração das expectativas, no que diz respeito ao atendimento das necessidades existenciais e materiais da habitação das famílias de baixa renda, tenham decorrido em grande parte do aspecto espacial desta política, no caso a remoção das famílias de baixa renda para conjuntos residenciais localizados em áreas periféricas, distantes do centro da cidade, onde estão localizadas, num raio de aproximadamente dez quilômetros a partir do aeroporto Santos Dumont, cerca de 59% das oportunidades de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Vetter, D.M., 1977).

Na verdade, a grande falha deste procedimento constituiu-se no fato de que os custos desta realocação recaíram todos sobre os usuários das unidades habitacionais. De um lado, porque as famílias removidas tiveram que absorver os custos da aquisição e manutenção das novas moradias, além de maiores gastos com transporte e serviços residenciais. De outro, porque tiveram uma redução da renda, em decorrência da perda de trabalho - devido ao afastamento da moradia das principais zonas de mercado de trabalho, não só de tempo integral (pleno), mas especialmente de trabalho esporádico (biscates), que se constitui na maior fonte de renda deste segmento da população, dada a sua baixa qualificação profissional - e da dificuldade de encontrar outras ocupações, pois as áreas onde estão localizados estes conjuntos não oferecem mercado de trabalho para biscateiros e nem mesmo na maioria dos casos para profissionais mais qualificados.

O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL DE CIDADE ALTA

Dentre os inúmeros fatos revelados pela análise dos resultados obtidos no desenvolvimento deste estudo, um se destaca por demonstrar que o processo de remoção de famílias de baixa renda de uma área por eles espontaneamente eleita para uma outra determinada pelos programas habitacionais acarreta sempre um processo de periferização desta população em relação ao seu mercado de trabalho, mesmo nos casos em que os conjuntos não estão tão distantes do centro da cidade, como é o caso do conjunto de Cidade Alta. A localização espontânea dos aglomerados residenciais da população de baixa renda na cidade está sempre condicionada por uma estreita proximidade de seu mercado de trabalho cujo o acesso é feito na maioria das vezes a pé. Na verdade, a exígua remuneração que percebem, devido à sua baixa qualificação profissional, não suporta gastos adicionais com transporte, decorrentes do afastamento da residência do local de trabalho, além das despesas com alimentação e moradia. Desta forma, a remoção das famílias de baixa renda para conjuntos habitacionais constitui sempre uma forma de periferização desta população em relação ao mercado de trabalho, pois a ampliação das despesas com o transporte sem o conseqüente incremento da renda representa um aumento das dificuldades de acesso às oportunidades de trabalho.

Os resultados obtidos no estudo de caso do conjunto habitacional do Cordovil ilustram bem que mesmo em situações mais favoráveis, ou seja, quando o conjunto não está localizado muito distante do centro da cidade, ainda assim o processo de periferização se faz sentir no programa de remoção das famílias de baixa renda. Os dados sobre os quais foi desenvolvido o estudo foram obtidos através de questionários aplicados diretamente à uma amostra de 7% da população de moradores do conjunto, o que possibilitou a obtenção não só de uma visão de fora para dentro do problema, captada pelo entrevistador no seu contato com os residentes, mas também uma visão de dentro para fora, externalizada pelos próprios atores do sistema. O conjunto habitacional de Cidade Alta apresenta uma localização que pode ser considerada como razoável, tendo em vista a localização dos demais conjuntos do município. Sua situação no bairro de Cordovil junto à Avenida Brasil cerca de dez quilômetros do centro da cidade, torna-o um lugar de acesso não muito difícil, sendo inclusive servido por uma linha de ônibus, cujo o ponto final situa-se dentro da área do conjunto.

A sensação geral que se tem ao visitar o conjunto de Cidade Alta para entrevistar os seus moradores é aparentemente a de uma população relativamente satisfeita com a remoção para a nova moradia como se pode constatar, na Tabela I, pelo percentual de respostas favoráveis obtidas dos residentes à indagação sobre se haviam gostado ou não da mudança.

TABELA I

Opinião sobre a mudança	Proporção das respostas
Gostou	67%
Não gostou	26%
Sem informação	7%

Por outro lado o percentual de moradores removidos que ainda permanecem no conjunto (81%), à primeira vista, também parece indicar um certo grau de satisfação com a nova situação. Em comparação com outros conjuntos onde metade ou mais dos moradores iniciais já abandonaram os seus imóveis, o percentual de evasão dos mutuários do conjunto é bastante baixo, ou seja de 19% somente.

Esta primeira impressão de satisfação total com a remoção para o conjunto, no entanto, é imediatamente desfeita quando se analisa as respostas obtidas dos residentes a outras questões do inquérito aplicado, ficando evidente que a satisfação nada mais é do que a aceitação de uma situação onde não há outras alternativas, e caso as houvesse, a opção não seria certamente pelo conjunto. Assim é que quando indagados sobre que solução teriam preferido para a melhoria de suas condições habitacionais, antes da mudança, cerca de 40% dos moradores se declararam a favor da urbanização das áreas onde anteriormente viviam, 28% pelo financiamento de compra de terrenos onde eles próprios pudessem construir suas casas, enquanto somente 15% optariam pelo próprio conjunto.

Cabe ressaltar, no entanto, que a análise dos resultados obtidos revelou também que embora o conjunto habitacional não tenha sido a opção de moradia que a maioria das famílias desejava, nem por isso elas o consideraram como um mal total, discernindo claramente quais os pontos positivos e quais os negativos.

Da observação da Tabela II que registra a avaliação dos moradores do conjunto da residência atual em relação à residência anterior, constata-se que há uma consciência clara por parte dos residentes dos aspectos que melhoraram, dos aspectos que pioraram e daqueles que continuaram iguais.

TABELA II

	MELHOROU	PIOROU	IGUAL
Moradia	91%	3%	1%
Vizinhança	30%	15%	55%
Trabalho	21%	53%	16%
Compras	30%	39%	31%
Diversões	11%	78%	11%
Escola	45%	19%	36%
Atendimento médico	36%	37%	27%
Infraestrutura básica	72%	15%	13%
Segurança	31%	30%	39%

Assim por exemplo há quase uma unanimidade no reconhecimento por parte dos moradores de que, no que diz respeito à habitação propriamente dita e a infraestrutura, houve realmente uma melhoria em relação ao local de onde foram removidos. Isto é perfeitamente compreensível quando se fica sabendo, segundo os resultados obtidos no inquérito, que na situação anterior a maior parte das famílias morava em casas de estuque, madeira e outros materiais, sendo que somente cerca de 30% morava em casas de alvenaria. Por outro lado, uma maioria expressiva considera que no item de vizinhança, a situação permanece a mesma e o que é perfeitamente explicável dado que na maioria dos casos já eram vizinhos nos locais de origem. Em alguns aspectos, como compras, atendimento médico e segurança a opinião ficou muito dividida não permitindo os dados levantados verificar qual a situação real.

O fato mais importante que se constata da análise da Tabela II, no entanto, é a consciência de uma parcela expressiva da população do conjunto de que a mudança para a nova residência foi prejudicial, tanto para suas atividades de recreação como de trabalho. No primeiro caso porque a maioria das famílias removidas saíram da zona sul, área esta bem suprida de oportunidades de diversão, especialmente as naturais, como a praia, cujo o usufruto não exige gastos de espécie alguma, indo para uma zona onde a infraestrutura de diversões é praticamente nenhuma. No segundo caso, é mais problemático, porque foram afastados do maior mercado de trabalho apropriado à sua qualificação profissional, dificultando assim a obtenção dos seus meios de subsistência.

Os dados registrados na Tabela III comprovam também nitidamente o processo de afastamento e, portanto de periferização desta população, em relação às oportunidades de trabalho.

TABELA III

POPULAÇÃO ATIVA		
LOCAL DE TRABALHO	LOCAL DE RESIDÊNCIA	
	RESIDÊNCIA ANTERIOR (favela)	RESIDÊNCIA ATUAL (conjunto)
Zona Sul	8%	18%
Centro	22%	21%
Zona Norte	8%	38%
No bairro da residência	58%	11%
Outros bairros	4%	12%

Antes da remoção cerca de 58% desta população trabalhava próximo à moradia, quando residindo no conjunto somente 11% consegue trabalhar no próprio bairro, sendo que 89% é obrigado a se deslocar para outras áreas em busca dos empregos. Em função disto, o tempo gasto para chegar ao local de trabalho aumentou substancialmente. A grande maioria da população ativa do conjunto, isto é cerca de 70% gasta hoje de uma a duas horas no deslocamento para o trabalho, enquanto na residência anterior, o tempo gasto para chegar aos empregos era para a maioria das pessoas de vinte minutos no máximo.

TABELA IV

PROBLEMAS ACARRETADOS PELO DISTANCIAMENTO DA RESIDÊNCIA DO TRABALHO	PROPORÇÃO DE INDICAÇÕES DOS MORADORES DO CONJUNTO
Maiores gastos com transporte	61%
Ter que dormir no emprego	2%
Trabalhar maior nº de horas	11%
Redução das horas de trabalho	2%
Atrasos na chegada ao trabalho	7%
Mudança de emprego	17%

Este afastamento da residência do local de trabalho acarretou, também, como pode ser visto na Tabela IV, uma série de problemas para a vida da população removida. Assim, além de ter de fazer uma verdadeira ginástica para equilibrar o orçamento doméstico devido à introdução de despesas suplementares com a aquisição da casa e com o transporte, muitos foram obrigados a mudar de trabalho e alguns tiveram que reduzir sua jornada de trabalho, com a conseqüente redução de rendimentos.

Em decorrência disto, a estrutura ocupacional da população re movida se alterou numa adaptação à nova estrutura espacial caracterizada pelo distanciamento entre a residência e o local de trabalho. Assim, co mo pode ser visto na Tabela V, o percentual de pessoas ocupadas em empregos plenos como ocupações administrativas e técnicas aumentou, enquanto aquela de pessoas ocupadas em tarefas temporárias (biscates) como a de prestação de serviços diminuiu. O número de pessoas que faziam biscates caiu de 33% para 23%, depois da remoção, pois segundo seu próprio depoimento, já não tinham tempo, contatos e fregueses como antes.

TABELA V

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA	RESIDÊNCIA	
	ANTERIOR	ATUAL
Ocupações administrativas	10%	13%
Ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins	5%	10%
Ocupações de agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal	1%	11%
Ocupações das indústrias de transformação e da construção civil	30%	28%
Ocupações do comércio e atividades auxiliares	7%	5%
Ocupações dos transportes e das comunicações	7%	7%
Ocupações da prestação de serviços	33%	23%
Ocupações da defesa nacional e segurança pública	7%	3%

Ainda que esta inversão do número de pessoas ocupadas em empregos temporários pelo número de pessoas ocupadas em empregos plenos seja um fato positivo, é preciso notar que este processo exigiu um esforço muito grande de adaptação por parte da população dada a sua baixa qualificação profissional. Por outro lado, os dados obtidos levam a crer que a mudança acarretou também uma elevação do número de pessoas desempregadas. Muitas mulheres e até mesmo homens que antes trabalhavam como domésticas declararam ter perdido o emprego, em razão de atrasos e da falta de pontualidade do serviço de transporte.

O ônus maior que este afastamento da moradia do local do trabalho acarretou, no entanto, para as famílias de baixa renda que foram removidas, é sem dúvida nenhuma a redução de sua renda real, não só pelos novos compromissos assumidos com a compra da casa, mas também pelo aumento dos gastos com o transporte.

TABELA VI

RENDIMENTOS	PROPORÇÃO DE PESSOAS
até 1 salário mínimo	27%
de 1 a 2 salários	33%
de 2 a 3 salários	23%
de 3 a 5 salários	13%
de 5 a 7 salários	2%
7 salários e mais	2%

Numa população onde a grande maioria das pessoas, ou seja 83% ganha de um a três salários mínimos, como pode ser observado na Tabela VI, ter que passar a dispender de uma hora para outra em decorrência da remoção para o conjunto, aproximadamente um terço ou mais destes rendimentos com transporte para o trabalho representa realmente uma redução drástica da renda real destas famílias. Como pode ser observado na Tabela VII, cerca de 59% dos habitantes do conjunto gastam em média de meio a um salário mínimo por mês com os deslocamentos para o trabalho.

TABELA VII

QUANTIA MENSAL GASTA C/TRANSPORTE (CR\$)	PROPORÇÃO DE PESSOAS
até 1.000,00	8%
de 1.000,00 a 2.000,00	21%
de 2.000,00 a 3.000,00	35%
de 3.000,00 a 4.000,00	24%
de 4.000,00 e mais	12%

Obs.: Salário mínimo na época em que foi feita a pesquisa era de Cr\$ 4.150,00.

Assim sendo, pode-se afirmar, segundo os dados obtidos no desenvolvimento deste estudo, que o aumento da distância entre moradia e o local de trabalho acarretando um incremento do custo e do tempo gasto com o transporte, dificulta extremamente a estratégia de sobrevivência deste segmento da população, uma vez que sua qualificação profissional tanto quanto sua renda são limitadas.

Em outras palavras, o processo de remoção das famílias de baixa renda para os conjuntos acarreta sempre um processo de periferização desta população em relação ao mercado de trabalho, mesmo nos casos em que este conjunto não está muito distante do centro da cidade.

REFLEXÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos no estudo do conjunto habitacional de Cidade Alta aliada aos resultados apresentados por outros estudos sobre conjuntos habitacionais, revela nitidamente que o procedimento de remoção das famílias de baixa renda comprometeu claramente o sucesso do programa habitacional brasileiro, pois impediu que uma parte importante do conjunto de necessidades que a habitação deve atender tenha sido satisfeita. Assim, os interesses daqueles que necessitavam realmente de moradia foram só parcialmente atendidos, ou seja, somente no sentido físico "strictu sensu". Na verdade, o deslocamento desta população para outras áreas impediu que aspectos como acesso a oportunidades e segurança contra os custos externos de vida urbana, fatores de ordem essencialmente espacial, mas com implicações de ordem sócio-econômicas muito graves, pudessem ser atendidos.

Diante disso, algumas questões podem ser colocadas. Porque a realocação das famílias de baixa renda é uma constante no programa habitacional brasileiro? Quais os fatores que justificam este tipo de intervenção espacial do governo, apesar do relativo insucesso da iniciativa até hoje? Uma breve reflexão sobre o assunto, porém, faz emergir a idéia de que as respostas a estas questões podem ser encontradas na própria mecânica do sistema capitalista. Na verdade a maior parte dos trabalhos de investigação empírica e de interpretação teórica, classifica o fenômeno de periferização da população de baixa renda como uma componente essencial da reprodução e espoliação da força de trabalho. Em outras palavras, a periferização nada mais é do que o reflexo no espaço do processo de acumulação capitalista.

A leitura da realidade revela, no entanto, que as condições do habitat dos efetivos de baixa renda são geralmente prejudicados por este processo de centrifugação populacional, que se constitui na verdade numa segregação espacial caracterizada pelo distanciamento cada vez maior da moradia das áreas centrais das principais cidades do país. Este afastamento da moradia das principais zonas de mercado de trabalho acarreta uma série de outros problemas tais como redução das condições salariais, diminuição das oportunidades de emprego, maior desgaste físico-biológico, condições sub-normais de moradia e infraestrutura de serviços urbanos precária.

Teoricamente, os fatores que conduzem a esta periferização são as condições salariais da população, os programas de remoção, a expulsão através de encargos fiscais urbanos, o desenvolvimento do transporte e até a especulação imobiliária.

Qualquer que seja, no entanto, a causa imediata desta periferização há evidências empíricas de que a causa remota deste processo reside nas leis tendenciais que comandam o próprio sistema capitalista. Este sistema é uma forma de organização social, na qual a produção é de-

envolvida por trabalhadores que vendem sua força de trabalho como mercadoria no mercado. À medida que este mercado se expande, uma classe de assalariados passa a existir. Ora, a simples existência desta classe indica naturalmente um afastamento social dos trabalhadores dos meios de produção. Ainda que não exista uma relação necessariamente óbvia entre a separação social e a espacial, parece viável segundo Feldman (1977), que a separação social aumente a probabilidade da separação espacial. Em suma, à medida que o sistema salarial se desenvolve, o local de residência tende a se afastar do local de trabalho.

O referencial teórico existente sobre o assunto insinua que existem quatro pontos que explicam o interesse do sistema capitalista na separação entre o lugar de trabalho e o de moradia. O primeiro é a necessidade de uma mão de obra flutuante, ou como dizem os anglo-saxões "footloose" em permanente disponibilidade para passar de uma empresa para outra, ou de uma situação de emprego para uma de desemprego. Para Gaudemar, J. (1976), a mobilidade da força de trabalho tem um papel fundamental na acumulação do capital, ou seja, é a estratégia do capital que determina a localização da força de trabalho qualquer que seja a escala da análise. O segundo fator é que existe a necessidade, tendo em vista a legitimização dos detentores do poder, de atenuar-se as relações de classe através da aparente liberdade de opção de trabalho. Em terceiro lugar, surge o interesse do capital de externalizar custos, não assumindo os custos de alojamento da força de trabalho. Isto ocorre tanto diretamente, não oferecendo moradias prontas por conta das empresas (vilas operárias), pois isto reduziria os lucros immobilizando capital na terra e na habitação ligada a firmas, como indiretamente, não oferecendo ajudas de custo para moradia. Finalmente, existe o interesse por parte do sistema de fragmentação geral da vida social do trabalhador pelo afastamento das pessoas, seja a nível de núcleos mais restritos, como a família, como a nível mais amplo, retirando-se assim a força da união em possíveis reivindicações. A observação dos resultados de alguns trabalhos empíricos parece ratificar estas afirmações. De maneira geral, os assalariados vivem mais distantes do trabalho do que os donos das firmas, como provam os trabalhos de Wright, F. e Perrone, L. (1977) e de Feldman, M. (1977). Por outro lado, vários trabalhos confirmam também que as melhorias do transporte no século XIX foram mais uma consequência do que uma causa da separação sócio-espacial (Schaeffer, H. e Sclar, E., 1975, e Katznelson, I., 1975).

Da mesma forma que há uma contradição entre o interesse do capitalismo em manter baixos os salários e a sua necessidade de vender as suas mercadorias, assim também existe uma contradição no aumento da distância do transporte entre o trabalho e a moradia. A necessidade de manter uma mão de obra barata, externalizando os custos de seu alojamento e portanto induzindo-a com isto a buscar casas ao alcance do seu poder aquisitivo, que na maior parte das vezes se localizam em áreas urbanas dis-

tantes, se contrapõe à própria necessidade de reprodução desta força de trabalho como tal, reduzindo-lhe os salários pelo aumento das despesas com o transporte.

Assim, o aumento da distância entre moradia e o local de trabalho serve apenas para manter a força de trabalho, como "força de trabalho" mesmo, impedindo que os assalariados trabalhem um número menor de horas ou que invistam eventuais aumentos de sua renda em atividades de maior retorno. Na verdade as teses que justificam a periferização como sintoma de melhoria de nível de vida decorrente da posse da casa, ou, então, de implementação dos transportes, desconhecem o papel das relações sociais. Na verdade, parece haver uma estreita relação entre a produção capitalista e a separação entre o local da casa e do trabalho, ou seja, a separação social corresponde uma separação espacial. Em outras palavras, a complexa divisão de classes na produção capitalista corresponde uma divisão espacial também bastante complexa.

BIBLIOGRAFIA

- RITTLE, H.W. e WEBER, M.N. (1973) - "Dilemmas in a General Theory of Planning" - em Policy Sciences, NY (1973), pp. 155-179.
- RUSH, B. (1974) - "From favela to conjunto: the experience of squatters removed to low cost housing in Rio de Janeiro" - Harvard College (dat.).
- SALMEN, L. (1965) - "A perspective in the resettlement of squatters in Brazil" - em América Latina, Ano 2, nº 1.
- TURNER, J. (1977) - "Housing by people" - New York, Pantheon Books, USA.
- VETTER, D.M. (1977) - "Low-income housing policy for development: an evaluation of the Brazilian experience" - University of California, Los Angeles (dat.).